

O tutor no ensino a distância: uma forma de precarização do trabalho docente?

The tutor in distance education: a form of
precarious work of teachers?

Valdelaine MENDES¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as implicações da ampliação do Ensino a Distância (EAD) para o trabalho docente e sua relação com as transformações no mundo do trabalho, focalizando as análises nos profissionais que atuam como tutores nesses cursos. Contou com dois procedimentos que se complementaram no desenvolvimento da investigação: um estudo dos registros referentes ao EAD e uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. A investigação qualitativa foi desenvolvida em uma instituição de Ensino Superior onde foram realizadas entrevistas com os tutores do EAD.

Palavras-chave: Ensino a Distância. Precarização. Trabalho. Tutor.

Abstract

This article aims to analyze the implications of the expansion of the Distance Learning for teachers' work and their relationship to changes in the workplace, focusing the analysis on the professionals who serve as tutors in these courses. Had two procedures that complement the development of research: a study of the records relating to of the Distance Learning and a qualitative research study of the type of case. Qualitative research was undertaken in a tertiary institution where interviews were held with the guardians of the of the Distance Learning.

Keywords: Distance Learning. Insecurity. Work. Tutor.

1 Professora da Universidade Federal de Pelotas, Licenciada em Educação Física (UFPel), Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (UFPel), Mestre em Educação (UNIMEP), Doutora em Educação (USP), Pós-doutora em Educação/USP. Endereço: Rua Barão de Butuí, 281, apto. 702. Pelotas-RS. E-mail: <valrosamendes@uol.com.br>.

Introdução

Nos anos 2000, a *Educação a Distância*² assume um papel importante na configuração do ensino brasileiro. Em especial no Ensino Superior, observa-se uma crescente disponibilidade de vagas em diferentes cursos e áreas do conhecimento, cuja oferta é bastante acentuada nos cursos de formação de professores.

O Ensino a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino em que professores e alunos não compartilham o mesmo espaço e tempo de aprendizagem e recorrem a diferentes meios de comunicação e informação no desenvolvimento do processo de aprendizado. Embora não seja uma novidade, essa modalidade de ensino encontra condições de expansão de sua oferta no Brasil após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996.

Essa ampliação da possibilidade de realização de um curso superior sugere alguns questionamentos, como: para quem são destinados esses cursos? Que tipo de profissional é formado nesses espaços? Como se dá a relação professor-aluno nesse processo? Que interesses permeiam a ampliação da oferta do EAD? Em relação aos trabalhadores em educação nessa modalidade de ensino: quem são os professores que atuam nessas formações? Qual o papel dos tutores no EAD? E ainda, em relação ao mercado, pode-se indagar: de que forma as mudanças no mundo do trabalho sugerem novas demandas às instituições de ensino e qual o lugar do EAD nisso?

Evidentemente, não se busca aqui responder a todas essas questões, porém elas auxiliam na compreensão daquilo que objetivamente se pretende buscar com este estudo. Isto é, esta pesquisa tem como objetivo analisar as implicações da ampliação do EAD para o trabalho docente e sua relação com as transformações no mundo do trabalho, focalizando a análise nos profissionais que atuam como tutores nesses cursos.

Optou-se pelo exame do papel do tutor, nessa modalidade de ensino, porque este possui um conjunto de atribuições consideradas fundamentais no funcionamento dos cursos. As responsabilidades do tutor são muito próximas daquelas que um professor precisa realizar no seu exercício docente. Dessa forma, entende-se que a figura do tutor na modalidade EAD pode servir para uma maior precarização do trabalho no campo educacional.

Esta é uma investigação qualitativa, do tipo estudo de caso. Stake (1983) assinala que o pesquisador qualitativo observa como os eventos são determinados

2 Usa-se a expressão ensino a distância em contraposição ao conceito educação a distância devido ao entendimento de que os processos não presenciais, aprovados pelo Ministério da Educação, se baseiam nos princípios da instrução e da transmissão de informações, o que, de acordo com Arroyo (2000), não assegura o direito ao saber socialmente produzido pela humanidade. Um debate detalhado sobre esta questão foi feito por Fétizon e Minto (2007).

no contexto em que ocorrem. Esse tipo de estudo é realizado a partir de um pequeno universo de investigação, mas com um grande número de variáveis.

A abordagem metodológica definida para esta investigação se pauta no pressuposto de que o estudo de um fenômeno em uma situação específica não pode ser reduzido aos aspectos descritivos que o constituem naquele espaço, pois é preciso considerar a historicidade e os determinantes estruturais da realidade pesquisada.

A pesquisa foi desenvolvida em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior (IPFES). A opção por realizar o estudo em uma IPFES se deve à percepção de que, nessas instituições, houve um crescimento bastante acentuado da oferta de EAD na última década, em todo o território nacional. Essa oferta ocorre, em larga escala, por meio do convênio firmado entre as IPFES e o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para a realização do estudo, foi feito o levantamento do número de cursos na modalidade EAD oferecidos pela universidade, bem como das áreas em que estão lotados. Também foram analisadas a organização e a estrutura curricular de cada formação a distância criada pela universidade. Um dos focos centrais do estudo foi o corpo docente (tutores). Foram analisados aspectos referentes à natureza do trabalho desenvolvido. Logo após esse levantamento, verificou-se quem são e como atuam os docentes (tutores) que trabalham nesses cursos. A partir daí, iniciou-se o processo de realização das entrevistas com os tutores que atuam no EAD com o objetivo de identificar aspectos presentes no trabalho desses profissionais que não são percebidos nos documentos, ou seja, somente se tornam visíveis a partir do diálogo sobre a experiência.

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, por permitirem ao pesquisador elaborar um roteiro de questões visando a orientar seu diálogo com o entrevistado sem, no entanto, impedir a inclusão ou a exclusão de pontos pertinentes ao estudo. Participaram do estudo oito tutores³ que trabalham nos cursos de EAD. Todos eles desenvolvem o trabalho a distância, ou seja, assumem funções em um polo de EAD e realizam suas atividades via internet⁴. Os critérios para escolha dos participantes do estudo foram: maior tempo de trabalho com EAD e disponibilidade para responder as questões da pesquisa.

A instituição pesquisada possui quatro cursos de EAD e está localizada na região Sul do Brasil. Com o desenvolvimento do estudo, percebeu-se que há na instituição certa preocupação com a realização de investigações sobre os cursos

3 Todas as entrevistas foram presenciais e gravadas com a autorização dos tutores.

4 É o meio de comunicação predominante na instituição estudada, porém também é utilizado o serviço dos correios para o envio e recebimento de material.

a distância oferecidos, identificada nas conversas com pessoas que atuam nessas graduações. Além disso, os próprios participantes do estudo demonstraram receio em conceder as entrevistas e fornecer informações, o que só foi amenizado com o comprometimento da pesquisadora⁵ de que o nome da instituição, dos cursos e dos entrevistados não seriam revelados.

As mudanças no mundo do trabalho após os anos 1970 e a sua precarização no século XXI

Do final do século XVIII até o final do século XX o capitalismo sofreu mudanças importantes que afetaram os modos de existência da classe trabalhadora (HOBSBAWM, 2000b). Não é objetivo deste texto realizar uma revisão das diferentes fases⁶ pelas quais passou o capitalismo desde o século XVIII, mas concentrar a discussão na configuração desse modelo de sociedade desde as últimas décadas do século XX até a atualidade, com o intuito de localizar historicamente o momento de maior crescimento da oferta do Ensino Superior no Brasil e suas implicações para a precarização do trabalho docente, em especial, na modalidade de ensino a distância.

É evidente que muita coisa mudou no processo de produção capitalista desde os seus primórdios. A clássica cena de Carlitos (Charles Chaplin) apertando repetidamente parafusos em uma fábrica, no filme *Tempos Modernos*, deixou há algum tempo de ser a forma predominante de produção. A expansão do capital pressupõe a reestruturação do processo de produção capitalista, que atinge os diversos campos da vida social, política, econômica e cultural.

De acordo com Antunes (2000, p. 162), há na atualidade uma crescente junção entre trabalho material e imaterial, já que se verifica “[...] uma significativa expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações”. Para compreender o significado do trabalho na sociedade contemporânea é preciso pensá-lo de uma forma ampliada, para além do trabalho material.

O campo produtivo sofreu mudanças importantes na configuração do trabalho com a redução de jornadas, com a terceirização de serviços e com a demanda de um trabalhador mais intelectualizado. Trata-se de uma gradual substituição

5 Por essa razão, este texto não revela detalhes dos cursos e da instituição que pudessem levar à sua identificação.

6 Sobre o tema podem ser consultados: Coggiola (2002); Hobsbawm (2000a; 2005).

de um tipo de produção baseado no modelo fordista/taylorista, que dominou a produção industrial no mundo durante o século XX, para um modelo pautado na empresa flexível, conhecido como toyotismo⁷. Esse processo, denominado por Harvey (2009) de acumulação flexível, rompe com a rigidez do fordismo.

Ele se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2009, p. 140).

Alguns setores são fortemente afetados pelo novo modelo produtivo, na medida em que a introdução de novas tecnologias provoca a extinção de postos de trabalho e acarreta o aumento do desemprego estrutural. Jinkings (2004), em estudo sobre a exploração do trabalho nos bancos, demonstra como a reestruturação capitalista afetou diretamente os bancários, ao combinar formas modernas de produção (baseadas na tecnologia microeletrônica e na teleinformática) com os antigos modelos que provocam o prolongamento da jornada de trabalho.

Crescem as formas precárias de trabalho em que a força humana é usada na atividade temporária, terceirizada, instável, informal. Como afirma Antunes (2008, p. 6), “[...] se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, hoje quase 60% dela se encontra nessa condição (aqui concebendo a informalidade no sentido amplo), desprovida de direitos e sem carteira assinada”.

A hegemonia ideológica capitalista cria uma disposição nos trabalhadores para cooperar com o capital. O trabalhador, ao incorporar o papel de colaborador, assume o discurso da empresa e defende os interesses do capital. Para Jinkings (2004, p. 240), “[...] uma forte ofensiva ideológica persegue o envolvimento e a adesão dos trabalhadores ao ideário patronal e aos projetos mercadológicos das empresas, de tal modo que eles se representem como o próprio capital personificado”.

Há, nesse sentido, todo um controle consentido dos trabalhadores, que são convencidos de que a adesão a novos processos de produção é necessária e imprescindível. Para Alves (2007), o toyotismo se distingue do fordismo porque agrega novos componentes organizacionais, tecnológicos e institucionais ao trabalho.

7 De acordo com Alves (2007), o toyotismo não representa uma nova forma produtiva, mas uma adequação organizacional da produção capitalista. Para o autor, ele não rompe com a lógica de produção do taylorismo ou do fordismo, podendo, inclusive, ser denominado de *neofordismo*.

Além disso, nas últimas décadas assistiu-se no meio acadêmico, político e econômico o questionamento sobre a importância e a centralidade do trabalho no mundo capitalista. De acordo com Antunes (2000), uma das teses que sustenta esse discurso é a da substituição do valor-trabalho pela ciência como a principal força produtiva da atualidade.

As adaptações inerentes às novas formas de produção que exigem um trabalhador com formação flexível, polivalente e multifuncional remetem – por parte daqueles que apostam no fim da história e das classes sociais – ao uso da categoria sociedade do conhecimento como central no mundo do trabalho. É importante chamar a atenção para esse discurso porque ele terá reflexos importantes no conteúdo das políticas educacionais.

A exigência de um trabalho eminentemente intelectual para uma parcela da classe trabalhadora não substitui o valor-trabalho pela ciência como a principal força produtiva da humanidade. O trabalho assume novos contornos por conta das mudanças nas formas de produção, mas permanece como categoria central de interpretação do mundo capitalista contemporâneo, dado o fato de não haver qualquer alteração nos processos de exploração da força de trabalho – que configure outro modo de produção – que apenas experimenta adaptações para se conservar.

Para compreender a totalidade dos trabalhadores no presente, Antunes (2007) afirma ser preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho que incorpora:

[...] o núcleo central do proletariado industrial, os *trabalhadores produtivos* que participam diretamente do processo e criação de *mais-valia* e da valorização do capital (que hoje transcende em muito as atividades industriais, dada a ampliação dos setores produtivos nos serviços) e abrange também os *trabalhadores improdutivos*, cujos trabalhos não criam diretamente *mais-valia*, uma vez que são utilizados como serviço, seja para *uso* público, como os serviços públicos, seja para *uso* capitalista. Podemos também acrescentar que os trabalhadores *improdutivos*, criadores de *antivalor* no processo de trabalho, vivenciam situações muito aproximadas com aquelas experimentadas pelo conjunto dos trabalhadores produtivos. A classe trabalhadora hoje incorpora tanto os trabalhadores *materiais* como aqueles e aquelas que exercem trabalho *imaterial, predominantemente intelectual*. (ANTUNES, 2007, p. 21, grifos do autor).

O uso dessa noção ampliada de trabalho é, então, necessário por conta das mutações experimentadas pelo capitalismo. De acordo com Frigotto (2000, p. 81), “[...] os referenciais, ou os paradigmas teóricos, não estão superados quando enfrentam

problemas decorrentes da complexificação da realidade que buscam compreender, mas quando se tornam incapazes de explicá-los”.

No plano político, começam a ganhar força, a partir dos anos 70 do século XX, as ideias neoliberais, como resposta às crises econômicas e numa tentativa de frear a queda da taxa de lucro do capital. O projeto neoliberal pressupunha uma menor intervenção do Estado na economia, de modo a eliminar a crise que afetava as grandes economias mundiais. A liberalização econômica é acompanhada da elevação da taxa de juros, da privatização dos serviços públicos e da reforma fiscal.

Trata-se de uma reação ao Estado de bem-estar social (*Welfare State*) que assegurava à população dos países centrais um conjunto de direitos como educação, saúde, moradia, emprego; e de uma ruptura com um modelo de Estado regulador da vida social, política e econômica de um país. A redução dos custos sociais e a intensificação da competição e do consumo eram requisitos necessários para assegurar a expansão capitalista e o aumento nas taxas de lucro.

A organização dos trabalhadores não é menos importante nesse processo, pois era necessário criar barreiras de modo a desestruturar a forte organização dos sindicatos durante o período de bem-estar-social. Isso ocorre através de mudanças na legislação que regula a organização sindical e na redução de investimentos no setor social. Isso significa que o projeto neoliberal opera mudanças na vida social que estão plenamente articuladas com aquelas ocorridas no mundo do trabalho.

No mundo, o resultado (resguardadas as especificidades de cada país) do projeto neoliberal foi o aumento das desigualdades sociais acompanhado de uma maior concentração de riqueza, além do enfraquecimento do investimento nas políticas sociais. Se, do ponto de vista econômico, o neoliberalismo não foi tão bem sucedido quanto pretendia, no setor social alcançou muitos dos seus objetivos, “[...] criando sociedades marcadamente mais desiguais” (ANDERSON, 1995, p. 23).

No Brasil, as consequências da adesão ao projeto neoliberal foram: a maior concentração de riqueza, o atrelamento da política nacional às determinações de organizações internacionais (maior perda da soberania nacional), a privatização de setores estratégicos, sem contar a redução de investimento no campo social. A reforma do Estado brasileiro dos anos 1990 afetou diretamente a classe trabalhadora, tanto na flexibilização da legislação do trabalho quanto no ataque ideológico contra os direitos sociais (SILVA, 2003).

Nessa revisão sobre as mudanças no mundo do trabalho, ocorrida nas últimas décadas do século XX, viu-se que a classe trabalhadora assistiu a alterações importantes nas formas de exploração da força de trabalho que, acompanhadas de uma ofensiva ideológica no plano social, político, cultural, conduziram a um convencimento da população sobre a inevitabilidade desse projeto, que enfatizava o modelo capitalista como única forma de produção possível na sociedade. A seguir será analisada a repercussão desse projeto no campo educacional.

As implicações das mudanças no mundo do trabalho para o campo educacional e para o EAD

A orientação política (neoliberal), a partir do final dos anos 1980, assume o discurso do fracasso do ensino público no Brasil, como se tal fato não decorresse da incapacidade do Estado em atender as demandas e necessidades da população. Essa postura, de acordo com Saviani (1992, p. 11), “[...] possibilita que se advogue, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado”.

As medidas adotadas no campo educacional, nas últimas décadas, estão plenamente articuladas com os objetivos do capital e, no Brasil, podem ser percebidas, por exemplo, na equiparação das instituições de ensino a empresas e na implementação de políticas eminentemente voltadas para atender as demandas do mercado.

O setor educacional se torna um terreno fértil de propagação dos ideais neoliberais⁸. Os valores e princípios que orientam a economia de mercado são visivelmente incorporados à educação e podem ser percebidos: na adoção de mecanismos que incentivam a concorrência entre alunos e entre instituições de ensino; no arrefecimento das ações coletivas e organizadas (sindicatos, grêmios, associações de pais); no uso do discurso das competências que devem ser desenvolvidas no âmbito escolar.

O esvaziamento e o enfraquecimento das organizações coletivas no mundo do trabalho, produzidos pelas demandas do capital, no final do século XX, também são percebidos no âmbito educacional. De acordo com Gentili (2000, p. 244), “[...] o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria, para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas”.

Os espaços coletivos de organização dos diferentes segmentos da comunidade escolar, como grêmios, associações de pais e até mesmo os sindicatos, deixam de ser o *locus* das reivindicações, das lutas e da defesa da educação de qualidade. Esses espaços são substituídos por projetos particulares, cujo pressuposto é de que cada indivíduo ou instituição é responsável pelo seu bom ou mau funcionamento

8 O livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, organizado por Tommasi, Warde e Haddad (2003), mostra como organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio assumiram um papel importante na orientação das políticas educacionais implementadas no Brasil. É claro que a adoção de tal agenda só ocorre porque encontra respaldo no setor político e econômico.

e, assim, deve buscar as soluções para as suas dificuldades. São, dessa forma, criadas as condições para a introdução de inúmeras ações voluntárias no interior das escolas que, além de despolitizar e desprofissionalizar o trabalho no campo educacional, retiram o conteúdo estrutural das problemáticas sociais.

Os novos contornos assumidos pelo trabalho na sociedade capitalista – consequência das modificações nas formas de produção – aumentam a sua precarização. A intensificação de ritmos, a exigência de um profissional multifuncional, o rebaixamento de salários (que não acompanham o aumento dos preços), o uso de contratos informais ou terceirizados, são exemplos desse processo.

No trabalho docente, a precarização pode ser percebida no aumento do número de horas dedicadas pelos professores ao trabalho; no aumento do número de alunos por classe; na falta de uma estrutura adequada para o desempenho da função; na não previsão de carga horária suficiente para estudo e planejamento das aulas; nos baixos salários que são responsáveis por jornadas que, não raras vezes, chegam a 60 horas semanais; na ausência de incentivo à formação em serviço; nos limitados planos de carreira que deixam o professor por anos estagnado no mesmo lugar; na falta de concursos que gera contratações precárias; na pressão pela produção científica, no caso das instituições de Ensino Superior.

De acordo com Sguissardi e Silva Jr. (2009), muitas vezes os professores⁹ encaram essa forma de produção sem resistência e, em geral, sem a crítica ao modo como se organiza a atividade docente. A precarização também se expressa no incentivo à competição e na luta individual por melhores remunerações, quando os professores são estimulados a concorrer com os pares para alcançar metas que resultarão em gratificações e bonificações nos salários. O condicionamento do aumento do salário à apresentação de determinado desempenho dos estudantes sugere ser o professor o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso escolar.

Essa é mais uma dimensão da precarização do trabalho docente que se manifesta no esvaziamento¹⁰ das lutas mais coletivas e organizadas, na medida em que não se reivindica melhores condições de trabalho para uma categoria profissional, mas individualmente cada um assume a responsabilidade pela sua remuneração¹¹ ou por um incremento no seu salário, por sua formação e pela infraestrutura de trabalho.

9 Nesse estudo os autores desenvolvem a investigação com professores universitários. Porém, entende-se que grande parte das conclusões obtidas na análise do trabalho docente no Ensino Superior podem ser transferidos para outros níveis de ensino.

10 Decorrente, como já visto, dos mecanismos de conservação desse modo de produção adotado nas últimas décadas.

11 O incentivo à competição também se dá no interior das instituições de ensino quando são produzidos e divulgados *rankings* que classificam as instituições.

A lógica das maiores remunerações condicionadas a *melhores* desempenhos no trabalho docente nada mais é que a tradução, no campo educacional, da forma de funcionamento da sociedade capitalista, de que a possibilidade de ascensão econômica está colocada para todos, bastando, então, que cada indivíduo *lute* para galgar melhores condições de vida.

Oliveira (2004, p. 1140) observa, a partir de suas pesquisas, que os trabalhadores docentes são levados a “[...] responder às novas exigências pedagógicas e administrativas, contudo expressam sensação de insegurança e desamparo tanto do ponto de vista objetivo – faltam-lhes condições de trabalho adequadas – quanto do ponto de vista subjetivo”.

Especificamente no EAD, são criadas as condições para uma mais aguda precarização do trabalho docente, pois a inexistência de uma estrutura física, que limite o número de pessoas em um determinado espaço, parece favorecer o incremento da quantidade de estudantes nessa modalidade, já que estes não são vistos e estão dispersos em ambientes virtuais.

Outro elemento em relação à precarização, que pode ser mencionado, se refere ao tempo de trabalho. De acordo com Moran (2002, p. 2), no EAD, “[...] o conceito de curso, de aula também muda. Hoje, ainda entendemos por aula um espaço e um tempo determinados. Mas, esse tempo e esse espaço, cada vez mais serão flexíveis”.

É justamente nessa flexibilidade que está a preocupação com o trabalho docente. Isto porque um dos principais argumentos usados na defesa do EAD é o da criação de cursos de graduação a pessoas que não dispõem de tempo nos períodos em que são ofertados os cursos presenciais. Assim, se cada estudante poderá buscar o auxílio do professor nos momentos em que tiver disponibilidade para estudar, qual será o tempo e o espaço de trabalho desse docente? Como o uso das tecnologias interativas pode ser feito a qualquer momento e em qualquer lugar, esse professor poderá perder totalmente a noção do que seria o tempo de trabalho (formal) e de lazer, tornando-se, assim, o trabalho demanda permanente na sua vida.

Outro aspecto, alvo deste estudo, que se constitui como elemento de precarização do trabalho docente no EAD, é a existência do tutor nessa modalidade de ensino. É criada, assim, uma *nova* figura profissional dentro da categoria dos trabalhadores em educação.

No EAD, os aspectos referentes aos salários, ao número de alunos por turma, à forma de vínculo empregatício, ao tipo de formação exigida para o exercício da função, ao tempo dedicado ao ensino são facilmente observáveis quando se realiza um levantamento em uma instituição de ensino. Entretanto, há um conjunto de aspectos não tão visíveis que são percebidos apenas através de um contato mais direto com o trabalhador em educação e dizem respeito à maneira como

este elabora e percebe todo o processo de precarização a que é submetido. São os aspectos referentes à subjetividade do trabalhador.

Neste caso, pode ocorrer de o trabalhador nem perceber a dimensão de tal precarização dada a ofensiva ideológica do capital, que cria uma predisposição no trabalhador para que perceba a exploração como algo natural e necessário. No estudo a seguir apresentado serão expostos aspectos que caracterizam a atividade do tutor no EAD.

Que tipo de trabalhador é o tutor do EAD?

Neste ponto, serão expostos os dados referentes ao estudo desenvolvido em uma IPFES com o intuito de identificar a existência de elementos que precarizam o trabalho no EAD a partir da análise das características do¹² trabalho do tutor.

São quatro os cursos de EAD oferecidos na instituição pesquisada. Todos são cursos de licenciatura. Dos quatro, apenas um não corresponde a uma graduação presencial da instituição. Os cursos acontecem em cidades da região Sul do Brasil, porém a maior concentração está no interior do Rio Grande do Sul, onde ficam quase todos os polos.

Todos os tutores entrevistados nasceram entre os anos 1970 e 1980 e concluíram suas graduações em diferentes licenciaturas nos anos 2000 na mesma universidade onde atuam com EAD. A maior parte não possui curso de pós-graduação, porém alguns estão cursando especialização ou mestrado e outros manifestaram o desejo de buscar mais formação. Entretanto, poucos manifestaram interesse em realizar alguma formação a distância ou sobre EAD. A maior parte revelou ter passado por uma seleção para trabalhar como tutor. Apenas em um caso foi declarado que o início do trabalho ocorreu por convite, já que o curso estava por começar.

A jornada semanal de atividades dos entrevistados é bastante elevada em termos de carga horária. Somando as 20 horas que dedicam ao EAD, apenas um tutor tem uma jornada menor que 40 horas semanais. Os demais possuem mais de 40 horas, sendo que quatro entrevistados têm 60 horas ou mais de sua semana preenchida com atividades. Quase a totalidade dos entrevistados exerce também a docência na rede pública de ensino. Os entrevistados começaram a trabalhar com EAD nos anos de 2007, 2008 e 2009. Alguns tutores atuam em cursos diferentes daqueles em que tiveram a formação inicial, o que pode indicar mais uma dificuldade para o trabalho nessa modalidade de ensino.

12 Como já mencionado na introdução, a concessão das entrevistas foi condicionada à não revelação de dados da instituição que pudessem levar a identificação de participantes do estudo.

Em um edital para seleção de tutores para o EAD, obtido na IPFES investigada, aparecem as suas atribuições. No caso, são funções muito próximas das responsabilidades de um professor. São elas:

- a. Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- b. Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- c. Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- d. Manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- e. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- f. Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- g. Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- h. Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- i. Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- j. Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações.

Ainda, de acordo com o referido edital, são requisitos para ser tutor: possuir titulação específica condizente com o curso de atuação; disponibilidade para viagens aos polos de abrangência do curso durante a semana, inclusive aos sábados e domingos; conhecimentos básicos para manuseio de computador, internet e disponibilidade para aprendizagem de ferramentas para o EAD. Embora não conste no edital, o tutor deve dedicar 20 horas semanais ao EAD.

Há dois tipos de tutores no EAD: presencial e a distância. O tutor presencial permanece na cidade polo e tem como função principal ajudar os alunos na realização das tarefas, auxiliá-los na mediação com os professores e tutores a distância e assisti-los no uso dos equipamentos de informática. Já o tutor a distância permanece na cidade sede da instituição superior de ensino que oferece o curso e parece possuir exatamente as funções previstas no edital. Em cada polo há dois tutores presenciais e dois tutores a distância por curso.

Neste estudo, centrou-se a investigação apenas nos tutores a distância pelo entendimento de que a maior parte das funções previstas no edital é desempenhada pelo tutor a distância, ficando o tutor presencial mais responsável por tarefas burocráticas¹³.

As entrevistas revelaram uma variedade de características dos trabalhos realizados pelos tutores. Em cada curso o tutor tem funções específicas. Há o tutor que é responsável por uma disciplina em um ou dois polos. Há o tutor que é responsável por uma disciplina, mas atende vários polos ao mesmo tempo. Há o tutor que não tem uma disciplina específica e é responsável por um polo, ou seja, atende todas as disciplinas que são ofertadas. Há o tutor que atua em um polo diferente em cada semestre.

Os professores e os tutores que atuam nos cursos possuem responsabilidades diferentes. De acordo com Mendes (2012, p. 121), “[...] pode-se dizer que, [...], ao professor cabe organizar e planejar a disciplina e, em alguns casos, a correção de algumas tarefas. Já ao tutor cabe o esclarecimento de dúvidas, o acompanhamento do aluno e a correção de trabalhos”. Entretanto, não raras vezes, as funções do professor também são assumidas pelo tutor (MENDES, 2012).

O vínculo que o tutor estabelece com a instituição em que atua é de bolsista. Isto é, é remunerado com uma bolsa de até R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais)¹⁴ que é paga pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), tradicional instituição federal de fomento à pesquisa no país¹⁵. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.273, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa aos participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Nessa lei, são estabelecidos os valores que serão pagos a todos os que atuarem na promoção do EAD.

A vigência da bolsa está diretamente relacionada ao tempo de duração do curso, mas de acordo com a lei não deve ultrapassar quatro anos. O tutor não tem direito a férias, décimo terceiro salário, bem como a qualquer outro direito trabalhista.

Todos os entrevistados foram questionados sobre suas tarefas e atribuições semanais. Ficou evidente nos depoimentos que o trabalho no EAD não é um

13 Informações levantadas durante a investigação. Dada a variedade de características do trabalho realizado nos cursos a distância, pode ser que nem todos tenham essa característica.

14 Até 2010 o valor recebido pelos tutores era de R\$ 600,00 (seiscentos reais). As bolsas sofreram um reajuste em maio de 2010 e passaram a ter o valor de R\$ 765,00.

15 A atuação da Capes ocorre nas seguintes linhas de ação: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

projeto de vida para essas pessoas. Todos desempenham outras funções ou estão em busca de outras atividades. De acordo com Leila:

[...] a minha atividade principal é outra, isso aqui é uma bolsa. Claro, não é por isso que eu vou fazer mal feito. Mas, digamos, agora mesmo, lá no outro lugar, eu trabalho no X¹⁶. Eu tô com muita coisa para fazer, tipo se tiver que optar, é lógico que eu vou ficar lá. [...] quem trabalha aqui, tem outra atividade principal [...] eu não sei até quando eu vou ficar aqui, como eu te falei, tá apertando lá. Eu não vou perder a oportunidade, até mesmo de crescer lá por causa daqui.

Por outro lado, muitos acabam desistindo do trabalho justamente por essas questões. Como afirmou Vanda: “[...] vários tutores vieram da turma 2, da turma 3, que vieram pra turma 1 porque os antigos foram saindo [...] por várias questões”. A atividade docente pressupõe estudo e atualização permanente. Nessa situação em que o profissional concentra seus esforços em outras atividades, mais seguras e permanentes, pressupõe-se menor dedicação e envolvimento no EAD. Osmar, ao fazer uma avaliação das expectativas dos tutores, no curso em que atua, em relação a um projeto pessoal de permanência no EAD, mencionou: “Eu vejo aqui que [...] nós estamos sempre pensando em buscar algo”.

Nos depoimentos de alguns entrevistados ficou evidente a percepção de que não são vistos como trabalhadores: “[...] tu não és um trabalhador, tu não és nem um celetista, porque tu não tens férias, não tem décimo terceiro. Na verdade, tu não tem férias. Eu não tenho férias do curso” (Carlos). Esse tutor, quando questionado se no período de férias dos alunos também estaria liberado das atividades do EAD, respondeu:

[...] não, a gente tá à disposição do curso, fica os 12 meses do ano trabalhando. Não existe férias. Na verdade, as férias são dadas porque os alunos tiram férias, tem o recesso, porque o calendário é o mesmo da universidade. E aí claro, nesse assim: ‘ah, a gente não pode dar férias pra vocês por causa da função das bolsas, porque se a gente disser que deu férias pros tutores, corta a bolsa e quando eles voltam volta a bolsa’. Então façam o seguinte: entrem uma vez por semana no sistema deem uma olhada, não deixem de entrar no sistema, continuem lá e tal, mantenham o contato, não percam o contato.

16 Extraiu-se o nome do local para evitar a identificação.

Durante a pesquisa percebeu-se que, além do fato de o tutor ser um bolsista, sem um vínculo mais formal de trabalho, também não há muitas garantias nos pagamentos das bolsas, que atrasam e não têm data certa de depósito. Osmar relatou: “[...] muitas vezes nossa bolsa atrasa, não dá para contar, [...] a princípio ela teria uma data de pagamento que é o 15º dia útil de cada mês, mas não tem, em cada mês ocorre em um dia diferente, já ocorreu de ficar 3, 4 meses atrasada”. Essa incerteza em relação ao pagamento da bolsa também parece ser uma razão para os tutores buscarem outras ocupações que assegurem a sua subsistência,

[...] porque todos que eu vejo ali são tutores, eles não têm só aqui como vínculo, porque aqui será que vai vir o mês que vem a bolsa ou não? Atrapalha um pouco isso, todo mundo tem que ter outra atuação, outro local de atuação pra ter um vínculo empregatício.

De acordo com Leila, o fato de não possuírem qualquer tipo de vínculo formal com os cursos é um elemento que afeta a motivação para o trabalho no EAD: “[...] as bolsas atrasam, tu não tem direito a férias, tu não tem direito a décimo terceiro. Isso impede que tu fique mais motivado pra fazer o melhor trabalho, com certeza. O valor também é pouco. [...] Eu acho que, com certeza, é um fator negativo”.

No decorrer das entrevistas, também se indagava se havia algum tipo de organização dos tutores para reivindicar melhores condições de trabalho. Identificou-se que não há qualquer tipo de organização nesse sentido. Inclusive, percebeu-se, em muitos entrevistados, que nem haviam pensado nessa possibilidade.

A maioria dos tutores entrevistados parece encarar com naturalidade um conjunto de situações que, de acordo com os critérios teóricos construídos nesta investigação, precarizam o seu trabalho. Durante as conversas, quando questionados se estabeleciam algum tipo de debate com os pares, sobre suas condições de trabalho, muitos demonstraram pouco ter refletido sobre a questão ou não vislumbrar possibilidades de alteração nessa lógica de funcionamento do curso. Sobre a realização de debates entre os tutores sobre o fato de serem bolsistas e não possuírem um vínculo mais formal de trabalho, Vera respondeu: *[...] até se tem, em momentos muito informais, mas, como todo mundo já sabe que essa é a condição do momento, acaba, né....*

Há um esforço para eliminar preconceitos em relação ao EAD. Isso, inclusive, pode ser notado no fato de os diplomas dos concluintes desses cursos não mencionarem que a formação foi a distância. Durante as entrevistas, uma das questões citava, além desse aspecto, a tentativa por parte dos setores que oferecem esse tipo de ensino de enfatizar que não há nessa modalidade qualquer prejuízo à formação do aluno. A questão lembrava, ainda, o fato de que quase a totalidade dos professores que atuam no ensino presencial, na instituição estudada, nela

entraram por meio de concurso público, possuíam vínculo empregatício, tinham oportunidade de trabalho com pesquisa, ensino e extensão, além da possibilidade de poder pedir afastamento remunerado para realizar curso de pós-graduação. Além disso, a maioria desses professores tem mestrado ou doutorado. Com essa indagação, pretendia-se levar os entrevistados à reflexão sobre o tipo de trabalho que desempenham no EAD. A meditar se o tipo de vínculo que mantinham não contribuía para a diferenciação de uma e outra modalidade de ensino, de modo a criar as condições para que o EAD tivesse menor qualidade.

Um dos entrevistados, Osmar, quando questionado se via alguma possibilidade de mudar essa situação, disse que não e ainda afirmou: [...] *acho que não porque eles já até nos falaram que nossa bolsa teria um aumento, que tem parece, que foi aprovado um aumento no valor da bolsa, mas até hoje não houve esse aumento.*

Quando indagada se achava um problema o fato de o tutor ser um bolsista, Vera respondeu: [...] *eu acredito que sim, poderíamos, de repente a EAD..., mas certamente vai continuar, eu acho que poderíamos de repente abrir um concurso, sei lá, né, pra ficar. Nós já estamos aqui, porque dentro de dois anos sairemos e entra uma turma nova, que não tá acostumada com isso.*

Sobre essa questão, dois profissionais disseram que o contrato do tutor poderia ser semelhante ao de professor substituto na universidade. Vale lembrar que o trabalho do professor substituto nas IPFES ocorre somente [...] *para suprir a falta de docente de carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento ou licença de concessão obrigatória*, e que esse tipo de contratação não pode exceder a 10% dos cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição (Lei nº 8.745/1993).

Além disso, durante as décadas de 1990 e 2000, esse tipo de contratação constituiu um recurso das IPFES para suprir a demanda por docentes não provida por concurso público, que foi amplamente criticada, questionada e denunciada pelo Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) por ser uma forma precária¹⁷ de contratação de professores para atuar nesse nível de ensino.

Para Leila, a atividade do tutor poderia ser comparada ao trabalho do professor substituto, [...] *se tivesse, digamos assim, a mesma remuneração do professor substituto, por que não?*. No mesmo sentido, Osmar expôs:

[...] eu acho uma parte ruim essa parte de não ter o vínculo empregatício, de não ter essa ligação com a

17 É precária porque tem limitada duração; não pressupõe o trabalho com pesquisa, extensão e ensino, apenas com este; tem remuneração abaixo daquilo que recebe um professor efetivo; exige, geralmente, titulação menor para o exercício da função.

instituição, porque aqui nós não temos prazo de... Normalmente o professor substituto nas universidades federais tem um contrato de um ano e pode renovar por mais um ano, aqui não. Aqui nós entramos como tutor que é uma bolsa, não tem esse prazo, de tal dia termina o contrato. Então, eu acho meio estranho essa parte de não ter vínculo com a instituição, porque na verdade eles usam muito nós aqui, acho que os tutores representam 90% dos professores que atuam. Poderia ter nem que fosse um contrato temporário, um vínculo.

Nota-se, nas entrevistas, uma certa resignação com a situação que enfrentam. As falas de Leila e Osmar revelam que, para esses tutores, o máximo que pode ser almejado por um profissional que atua na função de tutor é um contrato como substituto. Esses profissionais não vislumbram melhores condições de trabalho no EAD. Embora admitam haver preconceito pelo tipo de trabalho que exercem, alguns se limitam a comparar suas ações com as dos outros professores (também bolsistas) que atuam nos cursos.

Sobre a remuneração dos tutores, Rosa mencionou: *[...] eu acho que aí a gente sofre um pouquinho de preconceito, porque eu não sei qual é a diferença do tutor e do professor pesquisador, né? Eu não vejo diferença. Eu acho que nesse ponto nós somos prejudicados. É a mesma formação.*

E, em relação ao fato de ser bolsista, Rosa, em um primeiro momento, respondeu não achar um problema, mas completou: *[...] seria bom que nós fossemos efetivos e trabalhássemos com isso, até porque a gente tem prazo, né? De quatro anos, e aí acaba. [...] eu acho que seria legal ter um professor, efetivarem um professor.*

Como afirma Marx (1989), o trabalho na sociedade capitalista não se constitui na satisfação de uma necessidade, mas é um meio para satisfazer outras necessidades. Entretanto, mesmo esse trabalho explorado foi capaz de conquistar, ao longo de décadas e após intensa luta dos trabalhadores, alguns direitos que, com o projeto neoliberal, são ameaçados por conta das *novas* formas de exploração da força de trabalho.

O trabalho desempenhado pelos tutores é a expressão dessa precarização, pois ele não assegura qualquer direito a esses trabalhadores, que poderão ficar até quatro anos na função sem férias, décimo terceiro, registro em carteira. E, além de não possuírem qualquer proteção como trabalhadores, não poderão contabilizar esse tempo para a aposentadoria.

Embora nenhum tutor tenha atribuído relevância à remuneração que recebe ou justificado o interesse pelo trabalho no EAD pela questão financeira, é bem possível que muitos tenham buscado ou permaneçam na função por essa razão, já que a bolsa confere um incremento ao orçamento mensal. Grande parte dos tutores atua na rede pública de ensino, cujos salários são baixos.

O fortalecimento do currículo e a aproximação com a universidade, aspectos que foram apontados como motivadores no trabalho com o EAD, também sugerem a ideia de que a atuação em um trabalho precário e provisório servirá de trampolim para um ofício mais seguro e melhor remunerado. Trata-se de uma sujeição do trabalhador que é, ao mesmo tempo, consentida (porque acreditam que deva ser dessa forma) e coagida (porque são levados a crer que a experiência será pré-requisito para alcançarem melhores postos de trabalho). Ambos os mecanismos (do consentimento e da coerção) são aceitos pelos educadores sem maiores questionamentos ou críticas.

No caso de Carlos, que trabalha com todas as disciplinas do curso em que atua, parece haver ainda uma maior precarização do trabalho e conseqüentemente do ensino.

Aí vem mais uma das questões que eu penso, desse ponto, que é um meio de tu sucatear o ensino, é só tu dizer que tu tá dando o ensino superior pra alguém porque eu não sou um mega professor, entendeu? Eu tenho falhas muitas durante esse processo. Então no momento que eu tenho falhas e eu me sinto tendo falhas nesse processo esse aluno vai ficar também com o ensino prejudicado. Se ele não correr atrás, então quer dizer, o aluno pra ter um ensino a distância ele precisa ter muito mais vontade dele aprender do que eu de ensinar, porque ele tem que me questionar, ele tem que ser um aluno questionador e a gente vê que não são, muitos deles vêm de uma classe inferior, eles são trabalhadores, muitos deles não têm computador em casa, estão adquirindo computadores, então trabalham diretamente no polo. Tem alguns que têm computador em casa, que têm acesso à internet, tem outros que só têm acesso à internet discada e aí, por exemplo, pra ti baixar uma web conferência, por mais que ela esteja no sistema, eles levam dias, então. E é uma forma de burlar algumas coisas, o governo tá burlando, tá fazendo um engodo, um enchimento nos índices da educação superior.

Esse tutor faz uma leitura do trabalho que desempenha no EAD, na qual expressa as limitações de uma modalidade de ensino alicerçada numa estrutura frágil em vários aspectos. Desse trecho da fala de Carlos pode-se extrair uma dimensão da precarização do trabalho que diz respeito à *necessidade* de compactuar com uma formação, em nível superior, que efetivamente não dispõe de meios para assegurar uma graduação de qualidade. É latente a frustração desse profissional com os resultados do trabalho que realiza.

Considerações sobre o trabalho do tutor no EAD

O estudo demonstrou que o campo educacional também é atingido pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. E não teria como ser diferente, já que a hegemonia ideológica capitalista penetra em todos os setores da vida social. As reformas educacionais, adotadas nas últimas décadas, orientadas pelo princípio da contenção do gasto público, têm penalizado os docentes com a intensificação do trabalho nas instituições de ensino (OLIVEIRA, 2007).

O trabalho desempenhado pelo tutor é a expressão da precarização do trabalho na atualidade. Ele se torna ainda mais precário porque nem mesmo é definido como um trabalho, pois os profissionais prestam os serviços de tutoria como bolsistas e, nessa condição, podem permanecer por até quatro anos, sem registro em carteira, sem férias, décimo terceiro ou qualquer outro direito trabalhista.

Além desse frágil *vínculo* trabalhista, a exploração informal da força de trabalho no EAD se expressa também no controle do tempo de trabalho, que se dá por meio do sistema de informática, que registra todos os acessos desses trabalhadores; na obrigação de responder as dúvidas dos alunos em 24 horas, o que inclui os finais de semana; na obrigação de permanecer com um número mínimo de alunos para não perder a bolsa; na necessidade de dominar conteúdos de disciplinas para as quais não tem formação¹⁸.

Essas são as dimensões objetivamente observáveis da precarização do trabalho. Entretanto, é preciso considerar um conjunto de condições subjetivas presentes no trabalho do tutor que também geram essa precarização. Condições estas que somente foram apreendidas neste estudo com a realização das entrevistas, quando foram expostos detalhes do cotidiano de atuação desses profissionais no EAD. Entre esses elementos estão: a necessidade, expressa pelos tutores, de mais tempo para se dedicarem ao trabalho, de modo a qualificar a atuação; de formação mais específica, para dar conta das demandas dos alunos; de equiparação da função de tutor à de professor, para assegurar uma maior valorização da função.

Os vínculos precários de trabalho e as condições inadequadas de exercício da docência produzem nos tutores a sensação de despreparo, insegurança, ansiedade e baixa autoestima. Como afirma Antunes (2001), no plano da subjetividade é preciso considerar a íntima relação entre a esfera do sujeito e a atividade do trabalho.

Apesar de todas as condições expostas, aparece, nos depoimentos dos tutores, uma disposição subjetiva para colaborar com a implantação desse tipo de formação. Muitos

18 Ainda que não seja capaz de romper com a natureza da exploração da força de trabalho analisada nesta pesquisa, é preciso reconhecer que o modelo de gestão, adotado por cada instituição de Ensino Superior, pode influenciar no tipo de trabalho realizado no EAD, para torná-lo mais, ou menos, digno.

aceitam atuar no EAD, tanto pela possibilidade de qualificar os currículos e obter um crescimento pessoal com essa experiência de trabalho, quanto pelo orgulho do vínculo como trabalhadores em uma universidade federal. Os tutores entendem que, por estarem no início da vida profissional, é *natural e normal* a submissão a esse tipo de exploração.

É preciso ainda mencionar que todas as atribuições dos tutores (identificadas na pesquisa) são funções docentes. O trabalho docente no EAD é fragmentado entre aqueles (denominados professores) que planejam e organizam as disciplinas e aqueles (denominados tutores) que as executam e interagem (virtualmente) com os alunos. Assim, a precarização que se observa é, na realidade, a do próprio trabalho docente.

Este estudo demonstrou que os trabalhadores são convencidos¹⁹ de que a adesão a novos processos de produção é necessária e imprescindível. Assim, consentem em aderir a esses projetos sem maiores questionamentos.

Poucos foram os registros, durante as entrevistas com os tutores e conversas informais com profissionais que atuam nos cursos, de questionamento e crítica explícita ao EAD. Além disso, observou-se a ausência de qualquer organização dos tutores para reivindicar melhores condições de trabalho, que pode ser decorrente tanto de certo ceticismo em relação aos movimentos coletivos, quanto da própria natureza do trabalho desempenhado (centrado no indivíduo, sem vínculo formal, realizado em casa) que acaba por limitar essa organização mais coletiva.

Assim, a ausência de direitos trabalhistas e as precárias relações de trabalho se constituem como barreiras à organização de um movimento coletivo e explicam a desmobilização desses sujeitos²⁰.

A maior parte dos entrevistados tratou com naturalidade a expansão do Ensino Superior, ocorrida nos anos 2000, alicerçada na precariedade do trabalho. É claro que é preciso considerar que, para muitos, a remuneração que tiram com o trabalho no EAD é relevante ou essencial para seu sustento e, assim, acabam incorporando sem muitos questionamentos os discursos que lhes são passados. Por outro lado, uma postura mais crítica em relação ao tipo de trabalho desempenhado pode significar uma autoavaliação negativa do próprio trabalho.

A configuração do trabalho encontrada neste estudo expressa a atualidade central do tema para a compreensão das formas de exploração da força de trabalho nesta fase do capitalismo. Como afirma Frigotto (2000), não são necessários novos paradigmas ou referenciais para explicar uma realidade que apenas se tornou mais complexa, mas não se superou.

19 A hegemonia ideológica capitalista cria as condições (no plano cultural, social, político) para a pouca disposição dos trabalhadores para lutar contra processos que produzem a precarização do trabalho.

20 Fenômeno, evidentemente, presente nos diferentes tipos de trabalho na sociedade.

Referências

ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. In: ALVES, Giovanni. (Org.). **Dimensões da Reestruturação Produtiva** – Ensaio de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <ftp://vpn.fpte.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/Dimens_es%20da%20reestrutura__o%20produtiva.PDF>. Acesso em: 14 jan. 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista Estudos do Trabalho**, Marília, UNESP, Ano 2, n. 3, p. 1-9, 2008, Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/20425886/RicardoAntunes-Afinal-quem-e-a-classe-trabalhadora-hoje>. Acesso em: 29 jun. 2010.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 09 jun. 2006.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 1993.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, Edições Pulsar, 2002.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura; MINTO, César Augusto. Ensino a distância: equívocos, legislação e defesa da formação presencial. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 39, p. 93-105, fev. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo. (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 77-108.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo. (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 228-252.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2009.

HAYEK, Friedrich Won. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. **O novo século: entrevista a Antonio Polító**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JINKINGS, Nise. As formas contemporâneas da exploração do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, A. Moraes. (Org.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. (Livro I, 2 v.)

MENDES, Valdelaine. O trabalho do tutor em uma instituição pública de ensino superior. **Educação em Revista**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 02, p. 103-132, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982012000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 set. 2012.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e intensificação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

_____. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a04v2899.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Neoliberalismo ou pós-liberalismo? Educação pública, crise do Estado e democracia na América Latina. In: MELLO, Guiomar Namó et. al. **Estado e educação**. Campinas: Papirus e Cedes; São Paulo: Ande e Anped, 1992.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Jr., João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Ilse Gomes da. **Democracia e participação na 'Reforma' do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

STAKE, Robert. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional, educação e seleção. **Revista da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 7, p. 5-18, jun. 1983.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2003.

Recebimento em: 12/11/2011.

Aceite em: 05/06/2012.